

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

www.alesc.sc.gov.br/diario-da-asmbleia

ANO LXIX

FLORIANÓPOLIS, 24 DE JULHO DE 2020

NÚMERO 7.668

MESA

Julio Garcia
PRESIDENTE

Mauro de Nadal
1º VICE-PRESIDENTE

Rodrigo Minotto
2º VICE-PRESIDENTE

Laércio Schuster
1º SECRETÁRIO

Pe. Pedro Baldissera
2º SECRETÁRIO

Altair Silva
3º SECRETÁRIO

Nilso Berlanda
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO

Líder: Paulinha

Vice-Líder: Coronel Mocellin

PARTIDOS POLÍTICOS

(Lideranças)

MOVIMENTO

DEMOCRÁTICO BRASILEIRO

Líder: Luiz Fernando Vampiro

PARTIDO SOCIAL LIBERAL

Líder: Sargento Lima

PARTIDO LIBERAL

Líder: Ivan Naatz

BLOCO SOCIAL DEMOCRÁTICO

Líder: Milton Hobus

Vice-Líder: Marcos Vieira

Lideranças dos Partidos

que compõem o Bloco:

PSD

PDT

Kennedy Nunes

Paulinha

PSDB

PSC

Marcos Vieira

Jair Miotto

PARTIDO DOS TRABALHADORES

Líder: Fabiano da Luz

PARTIDO NOVO

Líder: Bruno Souza

BLOCO PARLAMENTAR

Líder: Nazareno Martins

Vice-Líder: José Milton Scheffer

Lideranças dos Partidos

que compõem o Bloco:

PP

PSB

João Amin

Nazareno Martins

REPUBLICANOS

Sergio Motta

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Romildo Titon - Presidente
Ivan Naatz - Vice-Presidente
Kennedy Nunes
Paulinha
Fabiano da Luz
Luiz Fernando Vampiro
João Amin
Ana Campagnolo
Maurício Eskudlark

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Volnei Weber - Presidente
Maurício Eskudlark - Vice-Presidente
Kennedy Nunes
Ismael dos Santos
Luciane Carminatti
Jerry Comper
Ivan Naatz
Nazareno Martins
Ana Campagnolo

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

João Amin - Presidente
Marcos Vieira - Vice-Presidente
Marlene Fengler
Luciane Carminatti
Jerry Comper
Romildo Titon
Ricardo Alba

COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA

Felipe Estevão - Presidente
Paulinha - Vice-Presidente
Dr. Vicente Caropreso
Neodi Saretta
Volnei Weber
Luiz Fernando Vampiro
Nazareno Martins

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Paulinha - Presidente
Marcos Vieira - Vice-Presidente
Fabiano da Luz
Moacir Sopelsa
Volnei Weber
João Amin
Nazareno Martins
Sargento Lima
Marcius Machado

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Dr. Vicente Caropreso - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-Presidente
Marlene Fengler
Luciane Carminatti
Valdir Cobalchini
Fernando Krelling
Jessé Lopes

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Fernando Krelling - Presidente
Neodi Saretta - Vice-Presidente
Kennedy Nunes
Jair Miotto
Ada De Luca
Ivan Naatz
Felipe Estevão

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Marcos Vieira - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Milton Hobus
Fernando Krelling
Jerry Comper
Bruno Souza
José Milton Scheffer
Sargento Lima
Marcius Machado

COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL

José Milton Scheffer - Presidente
Moacir Sopelsa - Vice-Presidente
Marlene Fengler
Marcos Vieira
Neodi Saretta
Volnei Weber
Coronel Mocellin

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA

Jair Miotto - Presidente
Luiz Fernando Vampiro - Vice-Presidente
Marcos Vieira
Luciane Carminatti
Ada De Luca
Bruno Souza
Felipe Estevão

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Ivan Naatz - Presidente
Fabiano da Luz - Vice-Presidente
Dr. Vicente Caropreso
Jair Miotto
Luiz Fernando Vampiro
Romildo Titon
Marcius Machado

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Ada De Luca - Presidente
Fabiano da Luz - Vice-Presidente
Marlene Fengler
Milton Hobus
Moacir Sopelsa
Bruno Souza
Jessé Lopes

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DO IDOSO

Ricardo Alba - Presidente
Fabiano da Luz - Vice-Presidente
Marlene Fengler
Dr. Vicente Caropreso
Luiz Fernando Vampiro
Romildo Titon
Sergio Motta

COMISSÃO DE PROTEÇÃO CIVIL

Milton Hobus - Presidente
Coronel Mocellin - Vice-Presidente
Kennedy Nunes
Fabiano da Luz
Jerry Comper
Volnei Weber
Nazareno Martins

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Maurício Eskudlark - Presidente
Paulinha - Vice-Presidente
Milton Hobus
Fabiano da Luz
Valdir Cobalchini
Ada De Luca
Bruno Souza

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Luciane Carminatti - Presidente
Valdir Cobalchini - Vice-Presidente
Ismael dos Santos
Paulinha
Fernando Krelling
Nazareno Martins
Ana Campagnolo

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Marcus Machado - Presidente
Kennedy Nunes - Vice-Presidente
Jair Miotto
Neodi Saretta
Moacir Sopelsa
Romildo Titon
Bruno Souza

COMISSÃO DE SAÚDE

Neodi Saretta - Presidente
Dr. Vicente Caropreso
Ismael dos Santos
Valdir Cobalchini
Ada De Luca
José Milton Scheffer
Coronel Mocellin

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Sergio Motta - Presidente
Valdir Cobalchini - Vice-Presidente
Ismael dos Santos
Jair Miotto
Paulinha
Romildo Titon
Jessé Lopes

COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE ÀS DROGAS

Ismael dos Santos - Presidente
Fernando Krelling - Vice-Presidente
Jair Miotto
Luciane Carminatti
Ada De Luca
Sergio Motta
Sargento Lima

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS

Jerry Comper - Presidente
Paulinha - Vice-Presidente
Kennedy Nunes
Neodi Saretta
Moacir Sopelsa
João Amin
Ricardo Alba

<p>DIRETORIA LEGISLATIVA</p> <p>Coordenadoria de Publicação: Responsável pela editoração, diagramação e por tornar público os atos da Assembleia Legislativa.</p> <p>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário: Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias.</p> <p>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</p> <p>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos: Responsável pela impressão.</p>	<p>DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</p> <hr/> <p>EXPEDIENTE</p> <hr/>  <p>Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves Rua Dr. Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500 Internet: www.alesc.sc.gov.br</p> <p>IMPRESSÃO PRÓPRIA - ANO XXIX NESTA EDIÇÃO: 8 PÁGINAS</p>	<p>ÍNDICE</p> <p>Plenário Ata da 038ª Sessão Ordinária realizada em 07/07/2020 2</p> <p>Atos da Mesa Ato da Mesa 7</p> <p>Publicações Diversas Extratos 8 Projetos de Lei 8</p>
---	--	---

P L E N Á R I O

ATA DA 038ª SESSÃO ORDINÁRIA

DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 07 DE JULHO DE 2020

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

Às 15h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada Faraco De Luca - Altair Silva - Ana Campagnolo - Bruno Souza - Coronel Mocellin - Dr. Vicente Caropreso - Fabiano da Luz - Felipe Estevão - Fernando Krelling - Ismael dos Santos - Ivan Naatz - Jair Miotto - Jerry Comper - Jessé Lopes - João Amin - José Milton Scheffer - Julio Garcia - Kennedy Nunes - Laércio Schuster - Luciane Carminatti - Luiz Fernando Vampiro - Marcius Machado - Marcos Vieira - Marlene Fengler - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Milton Hobus - Moacir Sopelsa - Nazareno Martins - Neodi Saretta - Nilso Berlanda - Padre Pedro Baldissera - Ricardo Alba - Rodrigo Minotto - Romildo Titon - Sargento Lima - Sergio Motta - Valdir Cobalchini - Volnei Weber.

PRESIDÊNCIA - Deputado Julio Garcia
DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - Abre os trabalhos da sessão ordinária. Solicita a leitura da ata da sessão anterior para aprovação e a distribuição do expediente aos senhores deputados.

Passa ao horário reservado aos Partidos Políticos.

Partidos Políticos

Partido: PSD

DEPUTADO MILTON HOBUS (Orador) -

Presta esclarecimentos sobre autorização de busca e apreensão em seu próprio gabinete

concedida por um juiz do Tribunal Regional Eleitoral.

Conta que a ação foi pautada em investigação sobre suposta ocorrência de crimes eleitorais na cidade de Rio do Sul nas eleições gerais de 2018. Cita bons índices socioeconômicos adquiridos pelo município durante seu mandato de Prefeito e destaca melhorias na área da saúde. Afirma que o Procurador Regional Eleitoral, Dr. André Stefani Bertuol, não só cometeu infração funcional, consistente em divulgação de informações protegidas pelo sigilo, mas também incorreu nos crimes previstos no Art. 325 do Código Penal Brasileiro e Art. 38 da Lei nº 13.869 do Abuso de Autoridade. Registra que está entrando com notícia crime, bem como ação de reparação de danos contra o Estado e contra pessoas que quebraram o sigilo das investigações antes mesmo de qualquer acusação formal.

Relata estar sendo crucificado por ajudar os mais necessitados e ter implementado políticas públicas de sucesso. Declara que não vai aceitar essa humilhação e lutará até a última consequência para expor a verdade. [Taquigrafia: Roberto]

Partido: PT

DEPUTADO FABIANO DA LUZ (Orador)

- Solidariza-se com o Deputado Milton Hobus pelo episódio que aconteceu na semana.

Comenta que a Intercel está fazendo uma denúncia em relação à presidência da Celesc. Complementa que o próprio conselho da empresa fez uma denúncia de conflitos de interesses na nomeação do presidente da Celesc, que é funcionário de uma empresa concorrente, assim, ocupando as duas funções simultaneamente. Fala que esta denúncia resultou na "Operação Abafa", onde parte do conselho e um acionista demitiram o conselheiro que efetuou a denúncia, e seguem tentando abafar toda a situação. Por fim, o Deputado pede para que o Governo do Estado se manifeste, e teme que a empresa esteja seguindo no caminho da privatização.

Cita, ainda, que as crianças de Santa Catarina com Atrofia Muscular Espinhal precisam ir até Florianópolis para receber um medicamento. Acrescenta que é uma logística desnecessária e que causa dores físicas nas crianças, podendo ser evitado se houver a homologação em hospitais de diferentes regiões, citando o oeste como exemplo.

Sugere que o medicamento Zolgensma seja legalizado no Brasil, evitando que as crianças precisem viajar para os Estados Unidos. Também recomenda que o medicamento Spinraza seja legalizado no SUS, diminuindo os custos para o governo. [Taquigrafia: Northon]

Partido: PL
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK
(Orador) - Primeiramente, se solidariza com o Deputado Milton Hobus pelo seu sofrimento e da sua família, e diz que o Ministério Público tem um quadro de pessoal excelente, mas, infelizmente, tem algumas pessoas que buscam autopromoção.

Lamenta o ocorrido e diz que é até preocupante tentar ajudar pessoas que estão na fila do SUS e ser interpretado de forma errada, pois qualquer ato pode resultar em processo. Mostra indignação com tal ação de busca no gabinete. *[Taquígrafia: Guilherme]*

Deputado Ivan Naatz - Pede a palavra pela ordem.

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - Concede a palavra ao Deputado Ivan Naatz.

DEPUTADO IVAN NAATZ - Faz referência à nova lei de abuso de autoridade, aprovada recentemente no Congresso Nacional que vai ajudar a enfrentar problemas citados pelos Parlamentares que o antecederam. Ressalta que os Juizes precisam conhecer os seus Promotores, aqueles que fazem as expedições e saber por que as fazem. Afirma que não é expedido mandado de busca e apreensão se não tiver assinatura de um Juiz. Comenta, ainda, que a maioria dos prefeitos não quer mais se candidatar, porque estão sujeitos ao Ministério Público, sujeitos a injustiças. *[Taquígrafa: Sara]*

Partido: MDB

DEPUTADO FERNANDO KRELLING
(Orador) - Inicia prestando solidariedade ao Parlamentar Milton Hobus.

Exibe vídeo do município de Garuva, ilustrando consequências da forte tempestade que atingiu o sul do Brasil no dia 30 de junho. Enaltece o trabalho fantástico do prefeito Rodrigo Adriany David na cidade mais atingida de Santa Catarina, bem como agradece a Defesa Civil pela atenção e apoio cedido para a reconstrução do local.

Ratifica apelo por instalação de radar meteorológico na cidade de Joinville com o objetivo de atender a região norte do estado.

Enaltece, ainda, o trabalho dos colaboradores da Celesc, neste momento difícil, pois praticamente 1,5 milhão de imóveis ficaram sem energia no estado, com 185 municípios atingidos.

Deputado Kennedy Nunes (Aparteante) - Expõe solidariedade às regiões atingidas e registra pedido ao Deputado Milton Hobus, presidente da Comissão de Proteção Civil, para encaminhar junto à Mesa Diretora solicitação de que parte do valor doado pela Assembleia Legislativa seja destinado às entidades locais.

Deputado Doutor Vicente Caropreso (Aparteante) - Parabeniza pela solidariedade prestada ao município de Guaruva, e registra que os produtores de banana foram duramente afetados, com mais de 90% da sua produção destruída. Além disso, vários municípios da região norte e nordeste estão esperando ansiosamente o recurso disponibilizado pela Assembleia, porque a agricultura foi muito afetada. *[Taquígrafia: Roberto]*

Partido: MDB

DEPUTADO VALDIR COBALCHINI
(Orador) - Presta solidariedade ao Deputado

Milton Hobus, considerando que foi vítima de injustiça e constrangimento.

Afirma que jamais viu, e espera que não veja, tanta destruição, e torce para que a tragédia do Ciclone Bomba não se repita, pois trouxe prejuízos imensos para Santa Catarina,

Elogia os funcionários da Celesc que trabalharam e estão trabalhando de forma incansável para consertar os estragos causados pelo ciclone. Comenta que os produtores agropecuários tiveram um prejuízo enorme devido à falta de energia, pois afetou diretamente os animais. *[Taquígrafia: Northon]*

Ordem do Dia

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - Dá início à pauta da Ordem do Dia.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0111/2019, de autoria do Deputado Marcius Machado.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0146/2020, de autoria do Deputado Nilso Berlanda.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0149/2020, de autoria do Deputado Dr. Vicente Caropreso.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0214/2019, de autoria do Deputado Jair Miotto.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0224/2018, de autoria da Deputada Ada De Luca.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0238/2019, de autoria do Deputado Rodrigo Minotto.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0310/2018, de autoria do Deputado Maurício Eskudlark.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0324/2019, de autoria do Deputado Romildo Titon.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0336/2019, de autoria do Deputado Marcius Machado. Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0347/2019, de autoria do Deputado Romildo Titon.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0355/2019, de autoria da Deputada Marlene Fengler.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

A Presidência concede a palavra pela ordem à Deputada Marlene Fengler para manifestar-se sobre a matéria.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0365/2019, de autoria do Deputado Jair Miotto.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0425/2019, de autoria do Deputado Mauro de Nadal.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0488/2019, de autoria do Deputado Volnei Weber.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0528/2019, de autoria do Deputado Coronel Mocellin.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Discussão e votação em turno único da Admissibilidade da Medida

Provisória n. 0228/2020, de origem governamental, que estabelece medidas temporárias a serem adotadas no âmbito da Secretaria de Estado da Saúde (SES) para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

Discutiu a presente matéria a Deputada Luciane Carminatti.

Em votação apenas da admissibilidade.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Está admitida a medida provisória.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0345/2019, de autoria do Deputado Fernando Krelling, que altera a Lei n. 10.361, de 1997, que "Disciplina o funcionamento de clubes, academias e outros estabelecimentos que ministrem aulas ou treinos de ginástica, dança, artes marciais, esportes e demais atividades físico-desportivo-recreativas e adota outras providências".

Ao projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável da comissão de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

Discutiu a presente matéria o sr. Deputado Fernando Krelling.

Em votação.

A sra. Deputada Luciane Carminatti manifesta-se pela abstenção.

O sr. Deputado Bruno Souza manifesta voto favorável à matéria, e deixa consignado seu voto contrário a MP 0228/2020.

A Presidência registra o voto contrário do Deputado Bruno Souza à admissibilidade da MP n. 0228/2020, votada anteriormente.

Continua em votação o Projeto de Lei n. 0345/2019.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por maioria.

Deputado Jair Miotto - Pede a palavra, pela ordem.

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - Concede a palavra ao Deputado Jair Miotto.

DEPUTADO JAIR MIOTTO - Manifesta-se favorável ao projeto do Deputado Fernando Krelling, e agradece aos demais deputados pela aprovação da redação final dos projetos de sua autoria.

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - Dá continuidade à pauta da Ordem do Dia.

Discussão e votação em 1º turno do Projeto de Lei Complementar n. 0006/2020, de autoria do Deputado Coronel Mocellin, que acrescenta dispositivo ao art. 26 da Lei Complementar n. 170, de 1998, para dispensar a obrigatoriedade da realização dos 200 (duzentos) dias de efetivo trabalho escolar por ano, no ano de 2020.

Conta com parecer favorável da comissão de Finanças e Tributação.

Em discussão.

Discutiu a presente matéria o sr. Deputado Coronel Mocellin.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam o PLC 006/2020, e os que votarem "não" rejeitam a matéria.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADA ADA FARACO DE LUCA sim

DEPUTADO ALTAIR SILVA sim

DEPUTADA ANA CAMPAGNOLO sim

DEPUTADO BRUNO SOUZA sim

DEPUTADO CORONEL MOCELLIN sim

DEPUTADO DOUTOR VICENTE CAROPRESO sim

DEPUTADO FABIANO DA LUZ sim

DEPUTADO FELIPE ESTEVÃO sim

DEPUTADO FERNANDO KRELLING sim

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS sim

DEPUTADO IVAN NAATZ sim

DEPUTADO JAIR MIOTTO sim

DEPUTADO JERRY COMPER sim

DEPUTADO JESSÉ LOPES sim

DEPUTADO JOÃO AMIN sim

DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER sim

DEPUTADO JULIO GARCIA sim

DEPUTADO KENNEDY NUNES sim

DEPUTADO LAÉRCIO SCHUSTER sim

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI sim

DEPUTADO LUIZ FERNANDO VAMPIRO sim

DEPUTADO MARCIUS MACHADO sim

DEPUTADO MARCOS VIEIRA sim

DEPUTADA MARLENE FENGLER sim

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK sim

DEPUTADO MAURO DE NADAL sim

DEPUTADO MILTON HOBUS sim

DEPUTADO MOACIR SOPELSA sim

DEPUTADO NAZARENO MARTINS sim

DEPUTADO NEODI SARETTA sim

DEPUTADO NILSO BERLANDA sim

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA sim

DEPUTADA PAULINHA sim

DEPUTADO RICARDO ALBA sim

DEPUTADO RODRIGO MINOTTO sim

DEPUTADO ROMILDO TITON sim

DEPUTADO SARGENTO LIMA sim

DEPUTADO SERGIO MOTTA sim

DEPUTADO VALDIR COBALCHINI sim

DEPUTADO VOLNEI WEBER sim

(Votação nominal realizada de forma híbrida digital e manual. o senhor Presidente, Deputado Julio Garcia, acolheu as manifestações dos deputados Altair Silva, Luiz Fernando Vampiro, Moacir Sopelsa, Nazareno Martins, Romildo Titon e Volnei Weber, favoráveis ao projeto, fora do sistema eletrônico de votação. Totalizando assim 33 votos, sendo 33 sim, zero não e zero abstenção.)

Está encerrada a votação.

Informa que votaram 34 srs. deputados, sendo

34 votos "sim", nenhum voto "não" e nenhuma abstenção. Porém, acatou-se o resultado com os registros efetuados fora do sistema eletrônico de votação e pela assessoria, que confirmaram 33 votos "sim", nenhum voto "não" e nenhuma abstenção.

Está aprovado em primeiro turno o Projeto de Lei Complementar n. 006/2020.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Decreto Legislativo n. 0004/2020, de autoria do Deputado Sargento Lima, que altera o Decreto Legislativo n. 18.332, de 2020, que "Declara estado de calamidade pública em Santa Catarina, para

fins do disposto no art. 65 da Lei Complementar n. 101, de 2000.

Ao projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável da comissão de Finanças e Tributação.

Em discussão.

Discutiram a presente matéria os srs. Deputados Sargento Lima, Marcius Machado e Dr. Vicente Caropreso.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado com votos contrários dos Deputados Marcius Machado, Dr. Vicente Caropreso e Luciane Carminatti.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Resolução n. 0001/2020, de autoria do Deputado Bruno Souza, que aprova a apresentação de Proposta de Emenda à Constituição Federal, a fim de alterar os Arts. 22, 24, 30, 41, 175, incluir o Art. 182-A no texto Constitucional, bem como o Art. 115 no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, com o objetivo de revisar a repartição de competências da federação, atribuindo aos Estados Federados maior autonomia regulatória.

Ao projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

Discutiu a presente matéria o sr. Deputado Bruno Souza.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0448/2020, de autoria do Deputado Fabiano da Luz, solicitando ao Secretário de Estado da Agricultura, da Pesca e do Desenvolvimento Rural, informações acerca do Projeto de Vida de Jovens Rurais.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0451/2020, de autoria do Deputado João Amin, solicitando ao Secretário de Estado da Casa Civil, informações acerca do auxílio que será concedido aos municípios catarinenses afetados pelo ciclone do dia 30 de junho.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0452/2020, de autoria do Deputado Jessé Lopes, solicitando ao Secretário de Estado da Administração Prisional e Socioeducativa, informações acerca dos gastos com o Centro Socioeducativo Regional de São José.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.
Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.
Aprovado.
Pedido de Informação n. 0453/2020, de autoria do Deputado Laércio Schuster, solicitando ao Secretário de Estado da Casa Civil, informações acerca da previsão para que seja realizado o pagamento da Emenda Impositiva nº 1068.
Em discussão.
(Pausa)
Em votação.
Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.
Aprovado.
Pedido de Informação n. 0454/2020, de autoria do Deputado Laércio Schuster, solicitando ao Secretário de Estado da Casa Civil, informações acerca da previsão para o pagamento da Emenda Impositiva nº 1066.
Em discussão.
(Pausa)
Em votação.
Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.
Aprovado.
Pedido de Informação n. 0455/2020, de autoria do Deputado Sargento Lima, solicitando ao Secretário de Estado da Saúde, informações acerca da quantidade de testes rápidos para Coronavírus que possam atender os profissionais da Saúde e da Segurança Pública.
Em discussão.
(Pausa)
Em votação.
Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.
Aprovado.
Pedido de Informação n. 0456/2020, de autoria do Deputado Sargento Lima, solicitando ao Secretário de Estado da Segurança Pública, informações acerca do monitoramento da saúde dos profissionais da Segurança Pública.
Em discussão.
(Pausa)
Em votação.
Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.
Aprovado.
Pedido de Informação n. 0457/2020, de autoria do Deputado Kennedy Nunes, solicitando ao Secretário de Estado da Casa Civil, informações acerca do exame positivo para Covid-19 do Governador Carlos Moisés.
Em discussão.
(Pausa)
Em votação.
Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.
Aprovado.
Moção n. 0295/2020, de autoria da Deputada Ana Campagnolo, apelando ao Fórum Parlamentar Catarinense, para que sejam tomadas providências junto ao Governo Federal, no sentido de executar obras de recapeamento asfáltico da Rodovia 163.
Em discussão.
(Pausa)
Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.
Aprovada.
Moção n. 0299/2020, de autoria do Deputado João Amin, cumprimentando o Padre Vilmar Vicente, por ter completado 30 anos de sacerdócio.
Em discussão.
(Pausa)
Em votação.
Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.
Aprovada.
Moção n. 0300/2020, de autoria do Deputado Felipe Estevão, apelando ao Governador do Estado e demais autoridades, para que sejam adotadas medidas de apoio às pessoas atingidas pelo forte temporal.
Em discussão.
(Pausa)
Em votação.
Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.
Aprovada.
Moção n. 0301/2020, de autoria do Deputado Valdir Cobalchini, apelando ao Presidente da Câmara dos Deputados, pela criação de linhas de crédito para as empresas responsáveis pelo transporte de passageiros intermunicipal e municipal do Estado.
Em discussão.
(Pausa)
Em votação.
Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.
Aprovada.
Moção n. 0302/2020, de autoria do Deputado Valdir Cobalchini, apelando ao Presidente do Senado Federal, pela criação de linhas de crédito para as empresas responsáveis pelo transporte de passageiros intermunicipal e municipal do Estado.
Em discussão.
(Pausa)
Em votação.
Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.
Aprovada.
Moção n. 0303/2020, de autoria do Deputado Valdir Cobalchini, apelando ao Presidente da Caixa Econômica Federal, que promova a liberação da totalidade dos saldos relativos ao FGTS dos trabalhadores catarinenses.
Em discussão.
(Pausa)
Em votação.
Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.
Aprovada.
Moção n. 0304/2020, de autoria do Deputado Valdir Cobalchini, apelando ao Diretor Presidente do BRDE, que promova a implantação de linha de crédito, com taxa de juro zero, visando a rápida recuperação das empresas catarinenses atingidas pela catástrofe climática de 30/06.
Em discussão.
(Pausa)
Em votação.
Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.
Moção n. 0305/2020, de autoria do Deputado Marcius Machado, apelando ao Senador Jorginho Mello, para que inclua no texto vigente, além do tratamento cruel, maus-tratos e abuso, assim ampliando a proteção animal.
Em discussão.
Discutiu a presente matéria o sr. Deputado Marcius Machado.
Em votação.
Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.
Aprovada.
Moção n. 0306/2020, de autoria do Deputado Moacir Sopelsa, cumprimentando o Presidente da OCESC e o Presidente da FECOAGRO, pela passagem do dia internacional do cooperativismo.
Em discussão.
(Pausa)
Em votação.
Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.
Aprovada.
Moção n. 0307/2020, de autoria do Deputado Jessé Lopes, manifestando repúdio ao Reitor da UFSC, pela paralisação total da referida entidade.
Em discussão.
Discutiram a presente matéria o srs. Deputados Jessé Lopes, Luciane Carminatti, Altair Silva e Felipe Estevão.
Em votação.
Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.
Aprovada com voto contrário da Deputada Luciane Carminatti.
Deputado Maurício Eskudlark - Pede a palavra, pela ordem.
DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - Concede a palavra ao Deputado Maurício Eskudlark.
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Diz que não pode se omitir sobre o tema, até porque a UFSC tem um orçamento de aproximadamente R\$ 800 milhões, e tem sido bastante triste para a população catarinense os resultados que tem vindo. Entre outros comentários, diz que é lastimável que os, catarinenses, com tanto orgulho, com tantos mestres, com tantos líderes que já saíram desta universidade, vejam agora a omissão dos dirigentes, e com tantos milhões que são gastos.
Deputado Jair Miotto - Pede a palavra, pela ordem.
DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - Concede a palavra ao Deputado Jair Miotto.
DEPUTADO JAIR MIOTTO - Manifesta voto favorável à moção do Deputado Jessé Lopes, e afirma que muitas universidades particulares estão se virando, fazendo aulas *on-line*, e a UFSC é uma das poucas que está agindo de maneira contrária. Então, faz votos de que possa tomar o curso normal, o novo normal, pelo menos com aulas *on-line*. Também faz referência à presença do Presidente Bolsonaro no estado para conhecer os danos ocorridos pelo ciclone. Ressalta que muitas obras do seu governo não são noticiadas, e comenta que o desafio da Educação é algo gigantesco no país.

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) -
Dá continuidade à pauta da Ordem do Dia.

Requerimento n. 0823/2020, de autoria do Deputado Fernando Krelling, solicitando ao Presidente da CIDASC, informações acerca do quantitativo de servidores, lotados e em atividade em Joinville e nos municípios da região nordeste.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Esta Presidência comunica que defere de plano os Requerimentos n.s.: 0805/2020, 0806/2020, 0818/2020, 0819/2020, 0820/2020, 0821/2020, 0822/2020 e 0825/2020, de autoria do Deputado Fernando Krelling; 0807/2020, 0808/2020, 0809/2020, 0810/2020, 0811/2020, 0812/2020, 0813/2020, 0814/2020 e 0815/2020, de autoria do Deputado Valdir Cobalchini; 0817/2020, de autoria do Deputado Moacir Sopelsa; 0828/2020, de autoria do Deputado Nilso Berlanda; e 0829/2020, de autoria do Deputado Luiz Fernando Vampiro.

A Presidência comunica, ainda, que serão enviadas aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações n.s.: 1242/2020, 1243/2020 e 1244/2020, de autoria do Deputado Fabiano da Luz; 1245/2020, de autoria da Deputada Ana Campagnolo; 1247/2020 e 1300/2020, de autoria do Deputado Valdir Cobalchini; 1248/2020, de autoria do Deputado João Amin; 1297/2020, 1298/2020, 1299/2020, 1302/2020, 1303/2020, 1304/2020, 1305/2020 e 1306/2020, de autoria do Deputado Laércio Schuster; 1301/2020, de autoria do Deputado Mauro de Nadal; 1307/2020 e 1308/2020, de autoria do Deputado Volnei Weber; 1309/2020, 1310/2020 e 1311/2020, de autoria do Deputado Marcio Machado; 1312/2020, de autoria do Deputado Altair Silva; 1313/2020 e 1314/2020, de autoria do Deputado Sargento Lima; 1315/2020, de autoria do Deputado Dr. Vicente Caropreso; e 1316/2020, de autoria do Deputado Moacir Sopelsa.

Finda a pauta da Ordem do Dia.

[*Taquigrafia: Sara*]

Deputado Moacir Sopelsa - Pede a palavra, pela ordem.

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) -
Concede a palavra ao Deputado Moacir Sopelsa.

DEPUTADO MOACIR SOPELSA -
Agradece ao Presidente Julio Garcia, bem como à Mesa Diretora por disponibilizarem R\$ 30 milhões para socorro às vítimas do vendaval na semana anterior. Afirma que está feliz porque deste valor, cinco milhões estão carimbados para a secretaria da Agricultura em apoio à agricultura familiar e os pequenos produtores na reconstrução das suas benfeitorias. Ressalta que é um gesto que a Assembleia Legislativa pratica, dos 40 Deputados, mas que teve o seu Presidente Julio Garcia como timoneiro.

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) -
Deputado Moacir Sopelsa, vossa excelência e outros deputados que atuam na área da

agricultura têm prestado um serviço relevante. E é uma contribuição a mais, certamente teve a participação de vossa excelência essa decisão que foi tomada pela Defesa Civil com os recursos oriundos da decisão da Mesa, e acompanhada de todos os 40 deputados, para atender, fazer frente à catástrofe que se abateu sobre Santa Catarina no último dia 30.

Deputada Luciane Carminatti - Pede a palavra, pela ordem.

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) -
Concede a palavra à Deputada Luciane Carminatti.

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Da mesma forma, enaltece a grandiosidade do gesto de destinar R\$ 30 milhões do orçamento da Assembleia Legislativa, resultado da economia dos 40 Deputados, para socorrer todas as regiões. Destaca, como bem falou o Deputado Sopelsa, a questão da agricultura, porque os agricultores sofreram com a estiagem, e agora com a questão do tornado, e normalmente não são lembrados. Assim, ressalta a importância desse gesto nobre, nesse momento.

Manifesta grande preocupação com os casos de Covid, no oeste, que estão crescendo bastante, e o pior é que a Secretaria de Estado da Saúde autorizou novos leitos de Covid, credenciamento de novos leitos nos hospitais, no entanto, estão enfrentando a falta de profissionais qualificados para compor equipes técnicas. Assim, o que o oeste está vivenciando, além do crescimento na taxa de ocupação dos leitos, é um apagão de profissionais para compor as equipes técnicas. Apela ao Presidente para que a AleSC faça essa divulgação, pois não sabe se tal fato está ocorrendo em todo o Estado, que é outra fase de dificuldade, além da falta de medicamentos.

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) -
Passa ao horário reservado à Explicação Pessoal.

Explicação Pessoal

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA (Orador) - Registra que teve a oportunidade de participar da 1ª Feira Virtual do Mel de Santa Catarina, quando prestigiaram esta abertura o Governador Carlos Moises, o Presidente da Epagri e o representante do Sebrae no Estado, além de representante dos apicultores, e da Federação das Associações de Apicultores de Santa Catarina.

Destaca a presença do Deputado Altair Silva, que ao seu lado representou o Parlamento Catarinense, e do Deputado Federal Darci de Matos. Comenta sobre o momento, sobre os expositores e os produtos apresentados, mostrando-se feliz com a feira.

Discorre sobre o mel produzido no Estado e comenta que este mel se destaca em nível mundial. Fala sobre estreitar o relacionamento entre apicultor e consumidor, e que a produção vem crescendo em números significativos. Entretanto, alerta para o uso exagerado de agrotóxicos, que vem ameaçando a sobrevivência das abelhas. [*Taquigrafia: Guilherme*]

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK (Orador) - Manifesta apoio aos quase 300 médicos do estado de Santa Catarina que assinaram documento reconhecendo a necessidade de iniciar o tratamento da Covid-19 assim que o paciente contaminado pelo vírus

sentir os primeiros sintomas. Alerta que é preciso encontrar solução para proteger a população.

Registra visita do ministro da Infraestrutura ao município de Jaguaruna para assinar a entrega da BR-101 à iniciativa privada. Aponta a privatização como uma boa alternativa para a manutenção de outras rodovias do estado, a exemplo da BR-282. Exibe reportagem contendo informações sobre o contrato de concessão do trecho sul da BR-101.

Quanto à reportagem, diz que foi importante o Ministro reafirmar os investimentos nas rodovias 158; na 470, que terá mais 20 quilômetros sendo entregues; a 282, Chapecó-São Miguel, que terá 80% da obra concluída até dezembro; e o reinício da 163, que é a pior rodovia catarinense, e vai começar pelo trajeto de São José do Cedro.

Finaliza, ressaltando que a obra da BR-282 está em andamento porque houve emendas parlamentares do Senador Jorginho Mello. Destaca também o trabalho dos Deputados Federais Celso Maldaner e Caroline de Toni.

Agradece ao Superintendente do DNIT pela presteza e também registra que o Ministro deu a garantia da execução do contorno viário de São Miguel do Oeste.

[*Taquigrafia: Roberto*]

DEPUTADO MARCIUS MACHADO (Orador) - Parabeniza o Presidente Julio Garcia e a Mesa Diretora por disponibilizar os R\$ 30 milhões para as vítimas do Ciclone Bomba. Comenta que existem regiões do Estado que estão há sete dias sem energia, causando problemas para a saúde destes cidadãos.

Comunica que a Prefeitura não está disponibilizando telhas Eternit para associações comunitárias e entidades atingidas pelo Ciclone, que neste momento prestam trabalho à sociedade e também precisam de ajuda.

Tece críticas à fala do presidente da Celesc ao afirmar que 99% do Estado de Santa Catarina já está com a energia restabelecida. O Deputado pede mais cuidado ao passar informações e afirma que a quantidade de regiões ainda sem energia é maior que 1%, e cita diversas comunidades que ainda estão em situação lastimável.

Ainda, informa que protocolou uma indicação ao Governo do Estado para que seja instalado um centro de distribuição da empresa Mercado Livre, em Lages, por questões estratégicas e de logística.

Também, comenta que solicitou o retorno das cirurgias eletivas, que são necessárias para os cidadãos catarinenses.

Finalizando, questiona os valores e excesso de pedágios nas rodovias de Santa Catarina, prejudicando os mais pobres que querem viajar. E sugere que pedágios sejam entregues para associações de hospitais ou Apaes, gerando recurso para o Estado sem que seja destinado para iniciativa privada.

[*Taquigrafia: Northon*]

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) -
Não havendo mais oradores inscritos, encerra a presente sessão, convocando outra, ordinária, para o dia subsequente, às 15h.

Está encerrada a sessão.

(Ata sem revisão dos oradores.)

[*Transcrição e Revisão: Taquígrafa Sara*].

ATOS DA MESA

ATO DA MESA

ATO DA MESA Nº 221, de 24 de julho de 2020

Regulamenta o procedimento de admissibilidade de denúncia por crime de responsabilidade.

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no art. 14, combinado com o art. 63, I, do Regimento Interno da ALESC,

CONSIDERANDO as disposições previstas na Constituição Federal de 1988 e na Constituição Estadual de 1989;

CONSIDERANDO que a Lei federal nº 1.079, de 1950, que define os crimes de responsabilidade e regula o respectivo processo de julgamento, é aplicável somente naquilo em que foi recepcionada pela Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO que o Supremo Tribunal Federal fixou entendimento sobre a aplicação da referida Lei na Súmula Vinculante nº 46 e na ADPF nº 378;

CONSIDERANDO que o art. 342 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina estabelece o rito procedimental nos crimes de responsabilidade do Governador do Estado; e

CONSIDERANDO que o art. 375 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa determina a aplicação do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, em caráter subsidiário, pelo Presidente da Assembleia, nos casos conexos ou omissos,

RESOLVE:

Art. 1º O rito relativo à tramitação processual, no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC), de denúncia contra o Governador do Estado, por crime de responsabilidade, obedecerá ao disposto na Constituição Federal de 1988, na Constituição Estadual de 1989, na Lei federal nº 1.079, de 1950, no rito estabelecido pelo Supremo Tribunal Federal na ADPF nº 378, no Regimento Interno da Assembleia Legislativa e, em casos conexos ou omissos, subsidiariamente, no Regimento Interno da Câmara dos Deputados, na forma prevista neste Ato de Mesa.

Art. 2º Após a verificação do cumprimento dos requisitos estabelecidos no art. 76 da Lei federal nº 1.079, de 1950, e no artigo 342, *caput* e § 1º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa, recebida a denúncia pelo Presidente da ALESC, ela será:

I - lida no expediente da reunião ordinária seguinte, nos termos do art. 19 da Lei federal nº 1.079, de 1950, juntamente com a decisão da Presidência que fundamentou o recebimento, a qual será publicada no Diário da Assembleia Legislativa;

II - encaminhada ao Governador do Estado para que preste informações no prazo de 10 (dez) sessões ordinárias a contar de sua notificação; e

III - encaminhada para a Comissão Especial a ser constituída para emissão de parecer, nos termos do art. 342 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa.

Art. 3º A Comissão Especial a que se refere o art. 2º, inciso III, deste Ato de Mesa, será composta por nove membros, indicados pelos líderes dos blocos parlamentares ou bancadas, devendo ser observada a proporcionalidade na representação partidária, nos termos dos arts. 29, 30 e 342 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa.

§ 1º A Comissão Especial, após eleita nos termos do *caput*, terá sua composição ratificada mediante eleição pelo Plenário da ALESC, que confirmará ou não as indicações feitas pelos líderes, ficando vedada a abertura de chapas avulsas.

§ 2º Confirmada a composição, nos termos do § 1º, o Presidente da Assembleia Legislativa designará os membros eleitos

para a Comissão Especial, conforme o disposto no art. 65, inciso III, "a", do Regimento Interno da Assembleia Legislativa.

Art. 4º A Comissão Especial se reunirá no prazo de 48 horas, contadas da publicação da designação, para eleger seu presidente, vice-presidente e relator, em atendimento ao art. 20 da Lei federal nº 1.079, de 1950.

Art. 5º A Comissão Especial emitirá parecer no prazo de 5 (cinco) sessões ordinárias, contadas da entrega das informações pelo Governador do Estado ou do término do prazo previsto no art. 2º, inciso II, deste Ato de Mesa.

Parágrafo único. O parecer da Comissão Especial concluirá com projeto de decreto legislativo pelo recebimento ou não da denúncia.

Art. 6º Após a deliberação pela Comissão Especial, o parecer será lido em sessão ordinária e publicado, na íntegra, juntamente com a denúncia, no Diário da Assembleia Legislativa.

Art. 7º Decorridas 48 (quarenta e oito) horas da publicação oficial do parecer da Comissão Especial, este será incluído em primeiro lugar na Ordem do Dia, para discussão, em conformidade com o art. 20, §§ 1º e 2º, da Lei federal nº 1.079, de 1950.

Art. 8º Encerrada em Plenário a discussão do parecer, nos termos dos arts. 20, § 2º, e 21, da Lei federal nº 1.079, de 1950, este será submetido à votação aberta e nominal, pelo sistema eletrônico, conforme o disposto no art. 257 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa.

Art. 9º Considerar-se-á admitida a denúncia pela Assembleia Legislativa se obtidos dois terços (2/3) dos votos dos membros da Casa, conforme o disposto nos arts. 61, inciso XIII, e 342, § 4º, ambos do Regimento Interno da Assembleia Legislativa, assim como no art. 77, da Lei federal nº 1.079, de 1950.

Art. 10. Admitida a denúncia, será:

I - promulgado, pelo Presidente da Assembleia Legislativa, o decreto legislativo correspondente;

II - oficiada a decisão ao Governador do Estado, bem como ao seu sucessor legal; e

III - encaminhado, ao Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, o processo e o ofício solicitando que sejam tomadas as providências cabíveis, conforme previsto no art. 78, §§ 3º e 4º, da Lei federal nº 1.079, de 1950.

Art. 11. Decretada a procedência da acusação, a Mesa regulamentará a escolha dos membros da Assembleia Legislativa que comporão, juntamente com os membros do Tribunal de Justiça, o tribunal que julgará o Governador do Estado, na forma do art. 78, § 3º, da Lei federal nº 1.079, de 1950.

Parágrafo único. A escolha a que se refere o *caput* será feita no prazo de 5 (cinco) dias contados da data do envio dos autos ao Presidente do Tribunal de Justiça, em conformidade com o art. 78, § 4º, da Lei federal nº 1.079, de 1950.

Art. 12. O afastamento do Governador do Estado dar-se-á na data da instalação do tribunal de que trata o art. 11.

Art. 13. Este Ato da Mesa aplica-se também, em todos os seus termos, ao Vice-Governador, inclusive nos atos praticados no exercício do cargo de Governador, assim como aos Secretários de Estado nos crimes de responsabilidade conexos com os do Governador do Estado.

Art. 14. Este Ato da Mesa entra em vigor na data de sua publicação.

Deputado Julio Garcia - Presidente

Deputado Mauro de Nadal - Vice-Presidente

Deputado Rodrigo Minotto - 2º Vice-Presidente

Deputado Laércio Schuster - 1º Secretário

Deputado Padre Pedro Baldissera - 2º Secretário

Deputado Altair Silva - 3º Secretário

Deputado Nilso Berlanda - 4º Secretário

* * *

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

EXTRATOS

EXTRATO Nº 040/2020

REFERENTE: 1º Termo Aditivo celebrado em 06/07/2020, referente ao Contrato CL nº 024/2019-00, celebrado em 20/05/2019, cujo objeto é Locação de imóvel de apoio à atividade parlamentar do Deputado Nilso José Berlanda.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC).

CONTRATADA: VILSON ANTONIO SORDI

CPF: 541.042.389-53

OBJETO: O presente termo aditivo tem por finalidade alterar o fiscal do contrato.

VIGÊNCIA: 06/07/2020 à 31/01/2023

VALOR MENSAL: R\$ 2.500,00

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, X, da Lei nº 8.666/93; Lei nº 8.245/91 (Lei do Inquilinato); Resolução nº 007/2015 e Resolução nº 004/2019, que a altera; Dispensa de Licitação nº 016/2019; Autorização Administrativa nº 328/2020; e Atos da Mesa nº 101/2017 e 149/2020.

Florianópolis/SC, 23 de Julho de 2020

Maria Natel Scheffer Lorenz- Diretora- Geral

Pedro Antônio Cherem Filho- Diretor Administrativo

Vilso Antônio Sordi- Locador

EXTRATO Nº 041/2020

REFERENTE: Contrato CL nº 009/2020-00, celebrado em 29/06/2020.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC).

CONTRATADA: GLADIMIR & LUANA RODRIGUES SERVICOS E INSTALACAO LTDA

CNPJ: 34.166.396/0001-63

OBJETO: Contratação anual de empresa para manutenção preventiva e corretiva de todos os equipamentos do sistema de climatização da Unidade Administrativa Dep. Aldo Schneider.

VIGÊNCIA: 30/06/2020 à 29/06/2021

VALOR GLOBAL: R\$ 18.900,00

VALOR MENSAL: R\$ 1.575,00

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 8.666 de 21/06/1993 e suas alterações, que regulamenta o Art. 37, inciso XXI, da CF de 1988; Lei nº 10.520 de 17/07/2002; Lei Complementar nº 123 de 14/12/2006 e Atos da Mesa nº 128/2015, 131/2016 e 101/2017; Autorização Administrativa para Processo Licitatório nº 70 de 14/11/2019 e; Edital do Pregão Presencial nº 02 de 06/02/2020.

Florianópolis/SC, 23 de Julho de 2020

Maria Natel Scheffer Lorenz- Diretora- Geral

Pedro Antônio Cherem Filho- Diretor Administrativo

Luana da Cunha Rodrigues- Sócia

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 0247.0/2020

Revoga a Lei nº 16.884, de 2016, que declarou de utilidade pública o Instituto Parque das Nascentes (IPAN), de Blumenau.

Art. 1º Fica revogada a Lei nº 16.884, de 26 de fevereiro de 2016, que declarou de utilidade pública o Instituto Parque das Nascentes (IPAN), de Blumenau.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Comissão de Constituição e Justiça

Lido no Expediente

Sessão de 22/07/20

JUSTIFICAÇÃO

A Comissão de Constituição e Justiça submete à elevada consideração deste Parlamento o presente Projeto de Lei, que pretende revogar a Lei nº 16.884, de 26 de fevereiro de 2016, que declarou de utilidade pública estadual o Instituto Parque das Nascentes (IPAN), do Município de Blumenau, tendo em vista a solicitação dessa entidade, que, conforme Ofício nº 0140.8/2020, lido na Sessão Plenária do dia 23 de junho de 2020, renuncia ao título de utilidade pública estadual, pelas razões que transcrevo a seguir:

O Instituto Parque das Nascentes (IPAN), localizado na Rua: Progresso, nº 167, Blumenau - SC, é uma entidade sem fins lucrativos que há 4 anos atua na Gestão do Parque Natural Municipal Nascentes do Garcia. E que vem, por meio deste, respeitosamente **requerer a revogação da Lei Estadual nº 16.884/2016**, que reconheceu a Utilidade Pública Estadual do IPAN, pelos motivos que seguem:

1- Atender ao disposto no artigo 18 da Lei nº 9.790/99, a respeito da qualificação de OSCIP.

2- Possibilitar que o IPAN realize convênios no âmbito da Administração Pública. (grifei)

Sendo assim, impõe-se a esta Casa a revogação da Lei nº 16.884, de 2016, nos termos ora propostos.

Comissão de Constituição e Justiça

* * *

PROJETO DE LEI Nº 0248.1/2020

Altera o art. 1º da Lei 13.334, de 2005, que "Institui o FUNDOSOCIAL, destinado a financiar programas de apoio à inclusão e promoção social, na forma do art. 204 da Constituição Federal, e estabelece outras providências."

Art. 1º O art. 1º da Lei 13.334, de 28 de fevereiro de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º

§ 3º O FUNDOSOCIAL destinará 15% do valor total arrecadado para a Fundação Catarinense do Esporte, 15% para a Fundação Catarinense de Cultura e 15% para a Fundação Catarinense de Turismo.

I - a administração dos valores destinados aos fundos mencionados neste parágrafo será de responsabilidade dos seus respectivos gestores. (NR)".

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Maurício Eskudlark

Lido no Expediente

Sessão de 22/07/20

JUSTIFICAÇÃO

O esporte, turismo e a cultura são atividades que renovam os ideais de crianças, jovens e adultos, promovem atividades de preservação da saúde e lazer, valorizam as manifestações artísticas e culturais, preserva e valoriza o patrimônio cultural material e imaterial dentre outras vantagens.

No Estado de Santa Catarina a Lei 13.334, de 2005, que institui o FUNDOSOCIAL, regulamentada pelo Decreto nº 2.977, de 2005, menciona que esse Fundo tem natureza financeira, destinado a financiar programas e ações de desenvolvimento, geração de emprego e renda, inclusão e promoção social, no campo e nas cidades, no Estado de Santa Catarina, inclusive nas áreas da cultura, esporte e turismo, educação especial e educação superior.

Atualmente, o FUNDOSOCIAL está vinculado à Secretaria de Estado da Casa Civil, conforme art.3º da Lei 13.334 de 2005 a qual contará com um Conselho Deliberativo para aprovar os programas e ações a serem financiadas pelo FUNDOSOCIAL.

Desta forma os gestores das Fundações do Esporte, Cultura e Turismo não sabem ao certo os valores que serão repassados para que possam administrar as Fundações além de não terem autonomia para aplicar os valores nos projetos que são analisados pelos gestores que detêm de conhecimento técnico e das necessidades específicas.

Desta forma, encaminhamos o presente Projeto de Lei a fim de regulamentar destinação certa de parte da arrecadação do FUNDOSOCIAL às Fundações do Esporte, Cultura e Turismo para que possam investir nos projetos e assim melhorar os investimentos nas respectivas atividades.

Pelo exposto, solicito aos pares o apoio necessário para a aprovação desta proposição.

Sala das Sessões,

Deputado Maurício Eskudlark

* * *